

ENTREVISTA COM JACYNTHO LINS BRANDÃO

Bruno Salviano Gripp

Glória Braga Onelley

Recebido em: 24/03/18

Aprovado em: 23/04/18

Jacyntho Lins Brandão é doutor em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo. Desde 1977, leciona na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, onde ocupa, atualmente, o cargo de Professor Titular de Língua e Literatura Grega. Na mesma Universidade, foi Diretor da Faculdade de Letras, nos períodos de 1990-1994 e 2006-2010, e Vice-Reitor no período de 1994-1998. É sócio fundador da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, na qual exerceu os seguintes cargos: Secretário-Geral (1985-1987), Presidente (1991-1993) e Tesoureiro (2004-2005). Foi Professor Visitante na Universidade de Aveiro (Portugal, 1998-1999) e na Universidad Nacional del Sur (Bahía Blanca, Argentina, 2001), bem como Directeur d' Études Invité na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França, 2001).

Sua extensa produção científica é dedicada a temas relacionados com a literatura, a língua e a filosofia grega antiga. Além de artigos vários em periódicos nacionais e internacionais e capítulos de livros, Jacyntho Lins Brandão é autor de várias obras, entre as quais destacamos: *A poética do Hipocentauro*: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata; *A invenção do romance*; *Antiga Musa*: arqueologia da ficção; *Em nome da (in)diferença*: o mito grego e os apologistas cristãos do segundo século; *Helleniká*: introdução ao grego antigo; *O enigma em Édipo Rei e outros estudos de teatro antigo*. Recentemente, o professor traduziu do acádio para o vernáculo a versão mais completa (séc. XIII-XII) da *Epopéia de Gilgámesh*, atribuída a Sin-léqi-unninni, redundando na publicação da obra *Ele que o abismo viu*: Epopeia de Gilgámesh.

Nesta entrevista, Jacyntho Lins Brandão apresenta um panorama atual dos estudos clássicos no Brasil, avaliando o desenvolvimento das pesquisas

nessa área e destacando-lhes as importantes contribuições oriundas das gerações dos ‘mais velhos’, dos ‘novos’ e de seus ‘novíssimos’ estudiosos.

Como o professor avalia o desenvolvimento dos Estudos Clássicos no Brasil ao longo de sua carreira?

No início dos anos 1970, quando ingressei na universidade, isto é, na Universidade Federal de Minas Gerais, havia quase ninguém seguindo o curso de latim, e o de grego existia no papel, mas não funcionava de verdade, porque, a partir do segundo semestre de língua, as disciplinas não eram mais oferecidas regularmente. Quando em 1977 comecei a dar aulas de grego, um colega, professor de literatura brasileira, perguntou-me se eu seria “o último dos helenos” (numa referência ao discurso de Coelho Neto, que se disse isso, ser “o último dos helenos”, em polêmica contra o Modernismo, defendido por Graça Aranha, na Academia Brasileira de Letras na década de 1920). Era uma situação curiosa, porque não se falava em acabar com os cursos de grego e latim, estando a existência das disciplinas garantida por um ou mais semestres obrigatórios nos cursos de Letras, o que era prática mais ou menos geral, com exceções, como a da Universidade de São Paulo. Por outro lado, não só o grego e o latim, como também a filosofia e a história antigas em geral se fechavam com relação às outras disciplinas, às teorias e aos métodos. Enfim, havia a impressão de serem os estudos clássicos lugar de gente conservadora e, por consequência, anacrônica.

É claro que esse quadro é uma coleção de generalidades, porque havia gente que fugia desse lugar-comum e acompanhava a renovação dos estudos clássicos que estava em curso em outros países. Eu me lembro, por exemplo, da descoberta que foi ler *As origens do pensamento grego* de Vernant, uma bibliografia nova indicada por um professor de filosofia também novo. Ainda traziam ares novos para a área pessoas que se destacavam nacionalmente, como Eudoro de Souza, José Cavalcante de Souza e Donald Schüler, por exemplo, havendo muitas outras pessoas que tinham papel importante em suas instituições. Nos anos 1970-80, o aparecimento de traduções, tanto das fontes – como no caso da coleção

“Os Pensadores”, dirigida por José Américo Mota Peçanha – quanto de ensaios, como o que citei de Vernant, teve um papel muito especial. Temos de lembrar que então não havia Internet e o acesso à bibliografia era muito difícil: para dar um exemplo, quando, em 1984, comecei o meu doutorado na USP, a biblioteca de lá tinha não mais que dois livros dos anos 1930-40 sobre Luciano de Samósata, que era meu assunto – na biblioteca da minha universidade havendo apenas um. Então, para fazer tese e tudo mais, se a gente não viajasse, para trabalhar numa biblioteca estrangeira, não fazia.

O que aconteceu de importante para mudar essa situação foi sem dúvida a criação, em 1985, da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC). Ela veio no processo de redemocratização do país e foi das primeiras sociedades científicas surgidas nesse contexto. O que a SBEC teve de importante, eu diria, foi potencializar o alcance do que faziam as lideranças acadêmicas locais ou regionais em nossa área. Uma pessoa como a Haganuch Sarian, que foi, na prática, a introdutora de Vernant e de todo um rol de classicistas franceses no Brasil, a partir de então, quando convidava pessoas que faziam trabalhos de ponta para dar cursos na USP, cuidava de fazê-los circular por outros locais fora de São Paulo. Ela, em especial, teve muita clareza da importância da SBEC, tanto em termos internos, para que a comunidade de classicistas brasileiros se conhecesse e se reconhecesse como uma comunidade, quanto em termos externos, para que essa comunidade obtivesse reconhecimento e se situasse no contexto da comunidade de classicistas internacional. Foi assim que, logo que a sociedade foi fundada, ela, tendo-se tornado sua primeira Presidente, tomou a iniciativa de propor nossa filiação à Federação Internacional das Associações de Estudos Clássicos. Como eu era o secretário-geral da SBEC naquela época, compareci à assembleia da FIEC em Réthymno (Creta), quando nosso pedido de filiação foi examinado. Conversando com o secretário geral da Federação, François Paschoud, eu lhe disse que poderíamos organizar algum evento da FIEC no Brasil. Ele me olhou espantado e disse: “Não, o novo mundo é muito longe! Isso seria impossível!” Para se ter ideia de quanto as coisas mudaram desde então: ele próprio se tornou, na segunda metade dos anos 1990, um dos

defensores da realização de um congresso da FIEC aqui. É por isso que eu considero que o Congresso Internacional da FIEC, acontecido em Ouro Preto, em 2004, representa um ponto de chegada importante dos estudos clássicos no Brasil. Basta pensar que a primeira vez que houve algum brasileiro apresentando trabalho num congresso da Federação foi em 1996, no Canadá. E fiquei bastante surpreso (boa surpresa) quando, no congresso de 2009, em Berlim, o primeiro texto lido sobre a FIEC e seus congressos, na abertura do evento, foi em português do Brasil. É claro que a SBEC não representaria nada sem o trabalho, em cada instituição, de muita gente – muita gente mesmo, que eu descreveria assim: os mais velhos, que fizeram a transição, uma geração-ponte que sempre é importante em qualquer processo de mudança; os novos, formados por essa geração, que ingressaram nos programas de pós-graduação nos anos 1980 (em especial na USP e na UFRJ), investiram na pesquisa, tomando como encargo normal a publicação de seus resultados, e, com isso, renovaram os métodos de ensino das nossas disciplinas; finalmente, os novíssimos, formados pelos novos, que já encontraram uma situação bem diferente, com a expansão de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, com condições mais propícias em termos do acesso às fontes e à bibliografia, uma formação bem sólida para a pesquisa e uma produção expressiva. É preciso salientar que o número de cursos de graduação em estudos clássicos no Brasil é considerável. Tomando como referência as Letras Clássicas (e pensando que a possibilidade de acesso a cursos de grego e latim é uma condição indispensável para a formação em arqueologia clássica, filosofia e história antiga), há programas nas federais do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Fluminense, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasília, Bahia, Paraíba e Ceará, bem como nas estaduais de São Paulo, Araraquara, Campinas e Rio de Janeiro. Se me lembrei bem de todas, são então quinze universidades. Mais que em outros países da América Latina, no Canadá, talvez mais que nos Estados Unidos, mais que na maior parte dos países da Europa. Em resumo: temos uma comunidade numerosa, em que é preciso investir para que se mantenha e aprimore.

Qual é a importância dos Estudos Clássicos para a sociedade brasileira?

De um lado, a importância que tem qualquer área de conhecimento, no sentido de que o conhecimento se justifica por si – acho que ninguém advogaria em favor da ignorância, a não ser que fosse, como no caso de certas filosofias ou de ascetismos, uma *douta* ignorância, ou seja, uma escolha entendida e consciente, não uma fatalidade. Por outro lado, as culturas antigas, de forma mais direta ou mais diluída, têm muita presença na nossa cultura. Não estou falando só da presença na literatura e filosofia, por exemplo, mas mesmo na produção de difusão mais ampla, como o cinema, os desfiles de escolas de samba etc. Então, esse é um primeiro nível.

Um segundo aspecto é que os Estudos Clássicos são o domínio em que mais facilmente podemos ter a experiência do outro – um outro próximo que permite tanto o estranhamento quanto o reconhecimento. Essa postura considero essencial na abordagem de nossas disciplinas, e isso é uma diferença com relação a certo conservadorismo que havia até os anos 1980 – e não estou falando só de política, mas principalmente de postura intelectual, de perspectiva teórica e metodológica, do tipo “tudo já foi dito pelos gregos” etc. Que os nossos antigos, quer dizer, os que chamamos de clássicos nos permitam estranharmo-nos a nós mesmos acho que é o que há de principal em nosso contato com eles e acredito que a ninguém se deveria tolher essa experiência. Estou pensando em algo como o que Machado de Assis faz no conto “Uma visita de Alcibíades”, em que o velho Alcibíades, visitando um desembargador carioca, ri (e nos faz rir) de nossos hábitos modernos.

O professor fez uma tradução do Gilgámesh, poema babilônico. O senhor considera possível a institucionalização, aqui no Brasil, de estudos em línguas e tradições antigas mais raras – como o babilônio, o sânscrito, o egípcio – e qual a relação que essas áreas devem ter com os Estudos Clássicos?

Li, há algum tempo, uma intervenção de um assiriólogo num congresso, se não me engano, na Argentina, em que ele avaliava a dificuldade de se formar, a partir do zero ou praticamente disso, um acervo bibliográfico que permitisse o desenvolvimento de pesquisa nessa área na América Latina. É claro que começar algo impõe uma série de dificuldades práticas, mas isso não significa que seja impossível. Se fosse assim, não teríamos arqueologia clássica no Brasil, o percurso da disciplina da USP (incluindo a formação de biblioteca e disponibilização de outros instrumentos de pesquisa) e sua ramificação em outros locais mostrando que é viável sim investir em campos de conhecimento novos.

A dificuldade principal, no meu modo de entender, está na organização de nossas universidades, o que torna mais complicado criar algo novo. Se tivéssemos estruturas que permitissem reunir os que trabalham com Antiguidade – arqueologia, filosofia, história, línguas e literaturas – seria mais fácil ir desdobrando novas especialidades, porque seria um investimento menor. Por outro lado, seria necessário também vislumbrar formações mais compartilhadas e mais flexíveis em estudos da Antiguidade do que há hoje em dia. Sem isso, fica o risco de acontecer o que aconteceu com a área de sânscrito na USP, que chegou a ter quatro professores com uma atuação importante no Brasil – inclusive participando da SBEC, um deles, Carlos Alberto da Fonseca, tendo sido presidente da nossa sociedade. Mas, como a universidade via a área como responsável por um diploma de graduação que formava muito pouca gente, deixou-a minguar.

Nos três domínios que vocês citaram na pergunta, nunca deixamos de ter especialistas. Além do caso do sânscrito, tivemos, na assiriologia, Emanuel Bouzon, da PUC-RJ, que, além de ter traduzido o código de Hamurábi para o português, participava da publicação da documentação procedente da cidade de Larsa (diz-se que ele estava preparando uma tradução do Gilgámesh, que parece que ficou inacabada quando morreu), bem como temos agora dois historiadores, Marcelo Rede, na USP, e Kátia Pozzer, na UFRGS. Com relação ao egípcio, havia Ciro Flamarion, da UFF, que formou várias outras pessoas, bem como Emanuel Araújo, da UnB, que publicou um livro com traduções de textos literários egípcios, com o título de *Escritos para a eternidade*. É curioso que, tirando o pessoal de sânscrito

da USP, nos outros casos são os historiadores que investem nesses campos mais raros. Nós, de Letras, ganharíamos se tivéssemos uma proximidade maior, um trabalho mais sistemático com os colegas historiadores.

Qual a sua expectativa para o futuro dos Estudos Clássicos no Brasil?

Talvez já se tenha percebido que tenho uma visão otimista. As condições são agora muito melhores que há 50 ou há 30 anos, em todos os sentidos. Mas gosto principalmente dos jovens que vão chegando na área e que são muito bons no que fazem. Eu acho que a medida do que fazemos como professores está nos nossos alunos: eles têm de ser melhores do que nós se é que trabalhamos bem. E fico feliz que a nova geração e a novíssima sejam melhores que a minha.

Posso qualificar o que entendo por ser melhor. Em primeiro lugar, vem o saber receber o legado da geração anterior, é claro, mas em segundo, terceiro, quarto, milésimo, o saber o que fazer com ele. Em qualquer área, existe um aspecto de conservação do saber, que não se pode transformar em conservadorismo, porque nenhuma área sobrevive se não se renova e não acompanha ou mesmo puxa mudanças no conhecimento. Mas na nossa área, como em geral em todas as ciências humanas, temos de ter também a perspectiva da própria história dos estudos clássicos, dos usos e abusos que deles se fizeram. Nós, em geral, temos pouca consciência de como os Estudos Clássicos foram importantes para o desenvolvimento das ciências humanas contemporâneas. Saussure era indo-europeísta, Freud, um amante da Antiguidade (não foi à toa que Édipo se tornou o pilar da psicanálise), Levi-Strauss testou sua leitura antropológica estrutural nos mitos gregos, a arqueologia moderna começou com a arqueologia clássica etc. É essa capacidade de renovação do pensamento e do conhecimento que os clássicos permitem que acredito deve orientar nosso trabalho. Não penso que haja neles, nos clássicos, alguma qualidade especial que justifique isso, mas penso simplesmente que, por eles constituírem um *corpus* já configurado, proporcionam uma visão de conjunto mais precisa e um controle de metodologias mais acurado. São, portanto, uma área privilegiada para experimentalismos. Um campo de conhecimento vocacionado para produzir o novo.

